

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

CNPJ: 01.368.232/0001-60

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

QUADRO I	Balço patrimonial
QUADRO II	Demonstração do resultado do exercício
QUADRO III	Demonstração do resultado abrangente
QUADRO IV	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
QUADRO V	Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores da
CASA DE CARIDADE DOM ORIONE
Araguaína - TO

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DE CARIDADE DOM ORIONE (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CASA DE CARIDADE DOM ORIONE em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 – R1).

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Investigação em andamento pela Polícia Federal – “Operação Marcapasso”

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Entidade foi citada na 2ª fase da “Operação Marcapasso” da Polícia Federal que investiga esquema de corrupção e fraude a licitações no Estado do Tocantins, tendo como objetivo a aquisição de equipamentos OPME’s (Órteses, Próteses e Materiais Especiais). Embora a administração e os assessores jurídicos da Entidade esperam não ter impactos em suas demonstrações contábeis, não podemos assegurar, em razão do andamento das investigações ainda em curso até a presente data, de que não existam impactos relevantes, inclusive sobre aspectos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, cujo relatório emitido em 25 de abril de 2025, continha ressalva relacionada ao mesmo assunto do parágrafo anterior relativo aos impactos, inclusive tributários, que porventura possam recair sobre a Entidade relacionado a Investigação em andamento da Polícia Federal – “Operação Marcapasso”.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividade de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2026



Rodrigo Vilela de Freitas
Sócio-contador
CRC MG 082650/O-4
EXACTUS Auditores Independentes
CRC MG 013461/O-3 "S" TO

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.445.344	1.711.229	Fornecedores	8	18.139.271	10.845.976
Aplicações financeiras restritas	11	2.376.706	511.958	Empréstimos e financiamentos	7	13.153.323	17.851.532
Contas a receber	4	55.449.663	47.623.685	Obrigações trabalhistas	9	10.567.458	8.307.657
Estoques	5	5.645.850	5.419.176	Tributos e contribuições sociais		760.551	461.290
Adiantamentos		709.335	916.542	Convênios	11	4.508.436	1.656.800
Outras contas a receber		460.682	506.113	Compromissos contratuais e parcelamentos	12	473.328	475.620
Total do ativo circulante		69.087.580	56.688.703	Outras contas a pagar		382.157	127.932
				Total do passivo circulante		47.984.524	39.726.807
Ativo não circulante				Não circulante			
Consortícios		171.499	225.891	Empréstimos e financiamentos	7	37.806.529	24.148.816
Investimentos		54.350	54.350	Compromissos contratuais e parcelamentos	12	228.889	626.025
Intagível		3.414	5.929	Provisões para contingências	10	2.060.391	1.971.500
Imobilizado	6	33.923.774	30.927.749	Total do passivo não circulante		40.095.809	26.746.341
Total do ativo não circulante		34.153.037	31.213.919				
				Patrimônio Líquido			
				Patrimônio social		21.429.474	18.501.872
				Superávit (Déficit) do exercício		(6.269.190)	2.927.602
				Total do patrimônio líquido	13	15.160.284	21.429.474
Total do ativo		103.240.617	87.902.622	Total do passivo e do patrimônio líquido		103.240.617	87.902.622

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receitas Operacionais	14	208.715.674	178.751.874
Receitas de subvenções	14	11.599.617	10.469.190
Doações - líquido	14	540.566	435.265
(-) Deduções	14	(25.091.951)	(18.750.201)
(=) Receita líquida		195.763.906	170.906.128
(-) Custos dos Serviços Prestados	15	(179.596.587)	(150.114.497)
(=) Superávit bruto		16.167.319	20.791.631
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	16	(15.139.175)	(11.793.772)
Outras receitas/(despesas) operacionais		1.115.156	1.551.991
		(14.024.019)	(10.241.781)
Despesas financeiras	17	(8.649.005)	(7.818.884)
Receitas financeiras		236.515	196.636
		(8.412.490)	(7.622.248)
(=) Superávit (Déficit) do exercício		(6.269.190)	2.927.602

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
Superávit (Déficit) do exercício	(6.269.190)	1.292.385
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(6.269.190)</u>	<u>1.292.385</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Patrimônio social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18.501.872	18.501.872
Superávit do exercício	2.927.602	2.927.602
Saldos em 31 de dezembro de 2024	21.429.474	21.429.474
(Déficit) do exercício	(6.269.190)	(6.269.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15.160.284	15.160.284

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	2025	2024
(=) Superávit (Déficit) do exercício	(6.269.190)	2.927.602
Itens que não afetam o caixa operacional		
Provisão para contingências	88.891	(495.504)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.594.322)	6.198.889
Perdas e Avarias de Estoque	(343.918)	(20.856)
Baixa de Investimentos, Ativo Imobilizados e Intangível	(21.461)	20.318
Depreciação e amortização	4.268.469	4.051.341
Doações Recebidas de Bens e/ou direitos	(540.566)	(435.265)
	(6.412.097)	12.246.525
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento)/Contas a receber	(4.231.656)	(13.324.966)
(Aumento)/Diminuição nos estoques	117.244	(1.261.225)
(Aumento)/Adiantamentos	207.207	(345.657)
(Aumento)/Diminuição Outras contas a receber	585.997	512.843
Aumento / (diminuição) em Fornecedores	7.293.295	(13.115)
Aumento / (diminuição) em obrigações trabalhistas e tributár	2.559.062	1.005.746
Aumento / (diminuição) em Convênios	2.851.636	(888.100)
Aumento / (diminuição) em Compromissos Contratuais	(399.428)	(385.765)
Aumento / (diminuição) em Outras Contas a Pagar	254.225	(308.682)
Caixa líquido das atividades operacionais	2.825.485	(2.762.396)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(7.243.033)	(2.815.852)
Intangível	2.515	2.515
Consórcio de Veículo	54.392	(1.003)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(7.186.126)	(2.814.340)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	122.192.174	105.545.563
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(108.230.562)	(103.083.675)
Juros pagos sobre empréstimos	(5.002.108)	(3.202.838)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	8.959.504	(740.950)
Aumento/(redução) líquido de caixa	4.598.863	(6.317.686)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.223.187	8.540.873
Caixa e equivalentes de caixa no Final do período	6.822.050	2.223.187
Aumento/(redução) líquido de caixa	4.598.863	(6.317.686)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Casa de Caridade Dom Orione, filiada à Pequena Obra da Divina Providência - Dom Orione, é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica e de assistência social, com o fim de cumprir os pressupostos e princípios evangélicos vividos e ensinados pelo Padre Luís Orione, com a duração por tempo indeterminado e tem como objetivos:

- a) manutenção da saúde da pessoa;
- b) assistência médico-hospitalar, em regime de internação e com serviços ambulatoriais;
- c) desenvolver atividades educacionais na área da saúde, em estabelecimentos próprios e de terceiros;
- d) pesquisa para o aperfeiçoamento das atividades de saúde;
- e) atenção ao idoso, especialmente aos mais necessitados;
- f) atenção às pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou mentais, dando preferência às atividades terapêuticas e de reabilitação;
- g) levar a efeito a saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização.

Conforme disposição estatutária, para o cumprimento das suas finalidades a Casa de Caridade Dom Orione criará e manterá hospitais, escolas, faculdades, asilos, creches e quaisquer outras que venham a contribuir para a melhoria da assistência à comunidade, podendo constituí-las em departamentos, com administração autônoma e atenderá preferencialmente as pessoas mais carentes sem distinção de sexo, idade, credo religioso e político.

A Casa de Caridade Dom Orione tem sua atividade preponderante na área da Saúde por meio do Hospital Dom Orione, que realiza mais de 60% de seus atendimentos para o Sistema Único de Saúde - SUS.

O Hospital Dom Orione tornou-se o maior complexo hospitalar do Estado do Tocantins, prestando serviços médicos hospitalares de média e alta complexidade. Com isso, o Hospital se consolidou como uma instituição de referência no tratamento de diversas especialidades, como cardiologia, obstetrícia e neonatologia.

Investigação da Polícia Federal (Operação Marca-passo)

A investigação teve início com a instauração da investigação policial determinada por portaria datada de 28 de junho de 2017, recebendo a denominação de “Operação Marca-passo”.

O objetivo da investigação é a apuração de suposta prática criminosa dos ilícitos penais de corrupção ativa e passiva, crimes contra licitação e organização criminosa no Hospital Geral de Palmas/TO.

A investigação estendeu-se ao Hospital e Maternidade Dom Orione em Araguaína/TO em razão de tratar-se dos dois únicos hospitais a realizar cirurgias

cardíacas no estado, bem como em razão de suspeitas levantadas por delator envolvido na investigação.

Em decorrência das investigações, diversas denúncias foram apresentadas pelo Ministério Público Federal, nenhuma delas contra o Hospital e Maternidade Dom Orione ou mesmo contra quaisquer de seus diretores, superintendentes ou colaboradores, circunstância que autoriza concluir que inexistem qualquer espécie de envolvimento ou prática de atos ilícitos.

Passados mais de oito anos, não se tem notícia de nenhum outro desdobramento da investigação e nem mesmo de que ainda existam diligências em curso, o que autoriza concluir que os trabalhos de apuração se encontram concluídos.

Vale acrescentar que, no decorrer do ano de 2022, bens de propriedade dos diretores que haviam sido bloqueados ou apreendidos, foram liberados ou restituídos pela Justiça Federal, em razão de tais pessoas não mais figurarem como objeto de investigação.

O Hospital Dom Orione trabalha diuturnamente com um alto número de atendimentos a pacientes que demandam procedimentos e serviços hospitalares de alta complexidade, dentre eles: procedimentos cirúrgicos, endoscópicos, hemodinâmicos, diagnóstico por imagem e terapia intensiva com utilização de órteses, próteses, materiais especiais e dispositivos médico implantáveis (OPME/DMI). A partir de 2023, entendendo a importância da redução de riscos e/ou possíveis danos oriundos dos processos de cuidado, bem como melhorias organizacionais com foco na segurança do paciente, algumas medidas foram então incorporadas aos nossos processos, assim, garantindo melhores padrões de qualidade. Tais ações incluíram a criação da comissão de OPME composta por uma equipe multiprofissional, a fim de abranger toda a prática médica hospitalar e as melhores práticas de relacionamento com fornecedores, em observância ao disposto no regulamento interno institucional das boas práticas voltadas ao OPME/DMI. Ademais, visando a melhoria contínua, o Hospital Dom Orione realizou a reestruturação documental, a qual se refere a obtenção desses insumos na organização. Este método garante a segurança do paciente e da equipe que prestam o serviço assistencial e, além de reduzir desperdícios, evita a identificação incorreta de dispositivos.

Ressaltamos que o Hospital Dom Orione conta com uma empresa de auditoria externa, que faz a regulação e auxílio aos profissionais de saúde na seleção adequada de OPME/DMI. Esta seleção é feita de acordo com as necessidades clínicas de cada paciente e nas melhores práticas médicas baseadas em evidências, fazendo assim com que haja uma mitigação de variabilidades errôneas nesses processos. O desencadeamento dessas ações estabelece relações de harmonia e confiança entre todos os envolvidos, trazendo resolubilidade nas operações exercidas na unidade.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a legislação societária brasileira e o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), levando em consideração a ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucro.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 23 de abril de 2026.

2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

- a) Provisões para contingências (nota 10);
- b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 4);
- c) Vida útil estimada do ativo imobilizado (nota 6).

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, sua moeda de apresentação.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

A classificação dos ativos financeiros é realizada com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, realizada da seguinte forma:

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido das perdas estimadas com créditos de liquidação

duvidosa.

2.7. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise do "aging list" (listagem por idade de vencimento), considerando os itens pendentes de longa data (superior a 360 dias) e outras perdas avaliadas como prováveis. O montante registrado é considerado pela Administração da Entidade como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Perdas Diversas" na demonstração do resultado do exercício (superávit ou déficit).

2.8. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da utilização na prestação dos serviços ou perecimento.

Quando necessário, é efetuado ajuste para reconhecimento das perdas com itens obsoletos, medicamentos vencidos sem possibilidade de reutilização, materiais deteriorados e outros.

2.9. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.10. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	45
Máquinas e equipamentos	8
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Instalações	10
Instrumentos Cirurgicos	5
Ferramentas	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

No exercício de 2017, após levantamento realizado em relação ao estado de conservação dos bens através de laudo de vida útil econômica do ativo imobilizado, foi alterado a estimativa da vida útil de máquinas e equipamentos de 10 anos para 8 anos, bem como edificações que passou de uma estimativa de 25 anos para 45 anos.

2.11. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior que o valor recuperável estimado.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o

pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por prazo superior a 12 meses após a data do balanço.

2.14. Provisão para contingências

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.15. Convênios

Referem-se a convênios para custeio de projetos captados por meio de instrumentos específicos.

Reconhecidos inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica “Convênios” e apropriadas como receita quando da efetiva prestação do serviço ou outra condição acordada.

2.16. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Social está representado pela dotação inicial acrescida ou diminuída do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.17. Apuração do Superávit (déficit)

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo como Princípio da Competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente

atendidos: a) haja evidência da existência de contrato; b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; c) o preço esteja fixado e determinado; e d) o recebimento seja provável.

As doações e contribuições são reconhecidas quando efetivado o recebimento dos recursos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa em poder da Entidade, depósitos bancários e aplicações financeiras. O saldo dessa conta no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens da demonstração da posição financeira, como demonstrado a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa Central	8.294	6.478
Caixas - diversos	5.511	4.875
Total de Caixa	<u>13.805</u>	<u>11.353</u>
Banco do Brasil	126	771
Bradesco	8.660	41.328
Caixa Econômica Federal	2.484.500	967
Sicoob - UniCentro	83.600	51.139
Sicredi	211.607	9.437
Santander	-	1.353
Bancos conta Movimento	<u>2.788.493</u>	<u>104.995</u>
Aplicação Sicoob - UniCentro	339.787	390.412
Aplicação CEF	1.303.259	1.204.469
Total aplicações financeiras	<u>1.643.046</u>	<u>1.594.881</u>
Total de Caixa, Bancos e Aplicações	<u><u>4.445.344</u></u>	<u><u>1.711.229</u></u>

4. Contas a receber

Contas a receber são decorrentes dos serviços prestados pelo Hospital, como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Convênios (SUS)	33.197.791	29.760.448
Convênios com particulares	<u>26.559.243</u>	<u>29.265.450</u>
Total de convênios a receber	<u>59.757.034</u>	<u>59.025.899</u>
Cheques a receber	34.830	169.210
Cartões de Créditos	1.385.351	1.460.598
Cientes a receber	<u>-</u>	<u>2.052.558</u>
Total de contas a receber de clientes	<u>61.177.215</u>	<u>62.708.265</u>
Perdas estimadas na realização das contas a receber	(5.727.552)	(15.084.579)
	<u>55.449.663</u>	<u>47.623.685</u>

A abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer é a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	23.974.956	18.082.113
Serviços em andamento a faturar	6.052.186	4.719.562
Cheques, Cartões de Crédito e Outros	1.420.181	1.629.808
Vencidos:		
Até 30 dias	7.662.894	7.258.098
De 31 a 60 dias	5.227.676	5.272.886
De 61 a 90 dias	2.082.098	2.368.761
De 91 a 180 dias	4.570.676	3.296.606
De 181 a 360 dias	5.663.819	3.463.177
Acima de 360 dias	4.522.729	16.617.253
PECLD	<u>(5.727.552)</u>	<u>(15.084.579)</u>
	<u>55.449.663</u>	<u>47.623.685</u>

As perdas estimadas na realização das contas a receber são reconhecidas após análise individualizada dos clientes. O critério de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi definido pela entidade àqueles inadimplentes com mais de 360 dias de atraso, sendo estes saldos em sua maioria baixados e o restante incluído em PECLD. Porém, as glosas, quando não realizado o aceite, serão lançadas como provisão acima de 90 dias por já se encontrar expirado qualquer prazo de recurso.

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo no início do exercício	(15.084.579)	(8.885.690)
(Adições)	-	(6.198.889)
Baixa	9.357.027	-
Saldo no final do exercício	(5.727.552)	(15.084.579)

5. Estoques

Os estoques estão compostos por materiais de uso e consumo hospitalar.

O estoque de materiais hospitalares é avaliado pelo método do custo médio das compras e, quando aplicável, ajustadas ao valor de realização e deduzidas de perdas por deterioração ou obsolescência.

A provisão de perdas estimadas tem por base a média dos três últimos exercícios em perdas auferidas em relação ao volume médio de compras do mesmo período.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Materiais hospitalares	5.691.937	5.457.671
(-) Perdas estimadas na realização dos estoques	(46.087)	(38.495)
Total dos estoques	5.645.850	5.419.176

6. Imobilizado

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, estando composto da seguinte forma:

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido		Taxa
			2025	2024	
Terrenos	159.360	-	159.360	159.360	-
Edificações	28.160.342	(11.671.360)	16.488.982	15.325.000	2%
Instalações	770.297	(738.635)	31.662	-	-
Veículos	666.983	(366.931)	300.052	147.875	20%
Móveis e utensílios	3.024.729	(2.014.058)	1.010.671	884.941	10%
Equipamentos de informática	4.816.969	(3.798.990)	1.017.979	440.830	20%
Máquinas e equipamentos	36.886.338	(22.232.452)	14.653.886	13.856.154	12%
Instrumentos cirúrgicos	380.041	(130.084)	249.957	91.818	20%
Ferramentas	95.315	(84.090)	11.225	21.447	20%
Total	74.960.374	(41.036.600)	33.923.774	30.927.425	

Movimentação do ativo imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>31.12.2025</u>
Terrenos	159.360	-	-	-	-	159.360
Edificações	26.552.472	1.607.870	-	-	(11.671.360)	16.488.982
Instalações	735.510	48.887	-	(14.100)	(738.635)	31.662
Veículos	489.593	260.790	(83.400)	-	(366.931)	300.052
Móveis e utensílios	2.767.145	272.140	(28.656)	14.100	(2.014.058)	1.010.671
Equipamentos de informática	4.261.271	787.205	(231.507)	-	(3.798.990)	1.017.979
Máquinas e equipamentos	33.107.181	4.074.468	(295.311)	-	(22.232.452)	14.653.886
Instrumentos cirúrgicos	192.181	191.673	(3.813)	-	(130.084)	249.957
Ferramentas	99.465	-	(4.150)	-	(84.090)	11.225
Total	<u>68.364.178</u>	<u>7.243.033</u>	<u>(646.837)</u>	<u>-</u>	<u>(41.036.600)</u>	<u>33.923.774</u>

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>31.12.2024</u>
Terrenos	159.360	-	-	-	159.360
Edificações	24.837.426	1.715.046	-	(11.227.472)	15.325.000
Instalações	735.510	-	-	(735.510)	-
Veículos	489.593	-	-	(341.718)	147.875
Móveis e utensílios	2.552.378	255.838	(41.071)	(1.882.204)	884.941
Equipamentos de informática	4.172.044	178.624	(89.397)	(3.820.441)	440.830
Máquinas e equipamentos	32.687.184	611.736	(191.739)	-	(19.251.027)
Instrumentos cirúrgicos	149.529	52.718	(10.066)	(100.363)	91.818
Ferramentas	99.284	1.890	(1.709)	(78.018)	21.447
Total	<u>65.882.308</u>	<u>2.815.852</u>	<u>(333.982)</u>	<u>(37.436.753)</u>	<u>30.927.425</u>

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são captados para utilização como capital de giro e os financiamentos referem-se ao FINAME. As taxas de juros seguem as práticas de mercado e foram oferecidos avais em garantia.

	Taxa de Juros a.a.	2025	2024
Empréstimo - Capital de Giro - CEF	14,61%	74.474.752	39.566.798
Empréstimo FINAME Santander	4,02%	15.377	76.885
Empréstimo - Capital de Giro - Santander	8,73%	4.994	528.621
Empréstimo - Capital de Giro - Bradesco	18,16%	2.908.250	4.758.955
Empréstimo - Bradesco - conta garantida		2.652.829	2.925.224
Empréstimo - Unicred - conta garantida		5.850.000	4.272.000
Conta Garantida SICREDI 81782-1		2.204.080	6.544.780
Empréstimo Peq. Obra da Divina Providência		-	400.000
Unicred - Cheque pré		-	74.102
Juros a apropriar		(37.150.430)	(17.388.452)
		<u>50.959.852</u>	<u>42.000.348</u>
Circulante		13.153.323	17.851.532
Não circulante		37.806.529	24.148.816

A movimentação dos empréstimos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

	2025	2024
Saldo Inicial	<u>42.000.348</u>	<u>42.741.296</u>
Captação	122.192.174	105.545.565
Pagamentos de principal	(108.230.562)	(103.083.675)
Pagamentos de juros	(5.002.108)	(3.202.838)
Saldo em 31 de dezembro	<u>50.959.852</u>	<u>42.000.348</u>

Covenants

O Hospital possui cláusulas restritivas em contratos de empréstimo em caso de ocorrer inadimplência de parcelas, protestos de títulos ou ações judiciais que coloquem em risco o cumprimento de suas obrigações, recuperação judicial ou falência, descredenciamento junto ao Sistema Único de Saúde ou ausência de quitação de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

O Hospital cumpriu com esses Covenants durante o exercício.

8. Fornecedores a pagar

As obrigações com fornecedores são decorrentes basicamente do fornecimento de produtos e serviços necessários às atividades da Entidade, como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores de produtos hospitalares	14.975.624	6.324.220
Fornecedores de produtos e serviços	93.952	613.266
Serviços profissionais a pagar	3.069.695	3.908.490
	<u>18.139.271</u>	<u>10.845.976</u>

9. Obrigações trabalhistas

O passivo trabalhista refere-se ao compromisso assumido para com os colaboradores, como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários a pagar	3.742.840	2.868.176
FGTS a recolher	634.700	370.493
INSS a recolher	413.122	301.623
Provisão de férias e encargos	5.428.694	4.516.995
Outros	348.102	250.370
	<u>10.567.458</u>	<u>8.307.657</u>

10. Provisão para contingências

A Entidade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. São constituídas provisões para os riscos cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis quando estas puderem ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais.

Considerando posicionamento dos assessores jurídicos, através de uma revisão e análise detalhada dos riscos de cada processo, a Entidade registrou no exercício de 2025 um complemento nas contingências de R\$ 88.891, perfazendo assim um saldo final de R\$ 2.060.391 (em 2024 registrou uma reversão nas contingências de R\$ 495.504, perfazendo um saldo de R\$1.971.500). Essa provisão abrange 90 processos cujo valor total das causas solicitados pelos autores é de R\$27.664.219, sendo assim, a provisão estimada pelos assessores jurídicos de perdas corresponde a 7,5% do total (em 2024 eram 84 processos com valor total de R\$24.509.803).

Os processos por danos morais, materiais e estéticos corresponde a 74% de todos os processos e sua provisão de valores de causas representando 92% do valor total

das causas. Atualmente temos 11 processos trabalhistas. Em 2025 houve um aumento de 6 novos processos.

	2025			2024		
	Nº Processos	Valor das Causas	Contingência	Nº Processos	Valor das Causas	Contingência
Cíveis	67	25.404.407	1.758.874	68	23.069.080	1.848.500
Trabalhistas	11	1.525.912	150.517	5	738.472	66.000
Outros	12	733.900	151.000	11	702.250	57.000
	90	27.664.219	2.060.391	84	24.509.803	1.971.500

11. Convênios

Os convênios referem-se basicamente a recursos recebidos do Ministério da Saúde e Emendas Parlamentares para custeio de projetos e obras realizadas para expansão do Hospital, juntamente com recursos destinados ao complemento do piso da enfermagem. A aplicação dos recursos vem sendo efetuada de acordo com o previsto e as prestações de contas são efetuadas tempestivamente.

	2025	2024
Passivo de Convênios com a União	4.508.436	1.656.800
	4.508.436	1.656.800

Ativos de Convênios com a União:

Convênio	2025				
	Aplicação Financeira	Custeio	Equipamento	Edificações	Total do Convênio
Piso da Enfermagem	1.292.293	385.055	-	-	1.677.348
114/2024(*)	-	250.006	-	-	250.006
656/2024 (**)	211.249	1.351.220	-	-	1.562.469
962443/2024(***)	873.164	-	145.449	-	1.018.613
Total Geral	2.376.706	1.986.281	145.449	-	4.508.436

Convênio	2024				
	Aplicação Financeira	Custeio	Equipamento	Edificações	Total do Convênio
825120/2015	30.704	-	-	741.942	772.647
Piso da Enfermagem	481.254	402.900	-	-	884.153
Total Geral	511.958	402.900	-	741.942	1.656.800

(*) Recurso de Emenda Estadual, via parlamentar para compra de insumos destinados a fábrica de fraldas nossa senhora aparecida. Projeto 569/2024.

(**) Compra de Medicamentos e Materiais Hospitalares, conforme escopo do Projeto 656/2024.

(***) Compra de computadores, ventiladores pulmonares, aparelho de raio-x, e demais equipamentos patrimoniais seguindo o plano de aplicação detalhado do projeto.

12. Compromissos contratuais e parcelamentos

Os parcelamentos e compromissos contratuais da Entidade podem ser demonstrados como segue:

Descrição	2025			2024		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Fornecedores Parcelam.	120.000	200.000	320.000	120.000	320.000	440.000
Previdenciário Parcelamento Federal	110.609	9.217	119.826	101.309	109.752	211.061
	<u>242.719</u>	<u>19.672</u>	<u>262.391</u>	<u>254.311</u>	<u>196.273</u>	<u>450.584</u>
	<u>473.328</u>	<u>228.889</u>	<u>702.217</u>	<u>475.620</u>	<u>626.025</u>	<u>1.101.645</u>

13. Patrimônio líquido

Conforme o estatuto social, a Entidade aplica integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos sociais, estando impedida de distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou rendas a título de lucros ou participações no Superávit.

Assim, o Superávit ou Déficit em cada exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social ou por ele absorvido. Portanto, o patrimônio líquido é representado pelo patrimônio social inicial da Entidade acrescido dos superávits ou déficits apurados anualmente, desde a data de sua constituição.

14. Receitas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Diárias	10.206.997	8.782.301
Taxas	6.047.349	5.589.610
Materiais e medicamentos	23.656.705	18.201.372
Materiais especiais	14.486.148	11.051.978
Gases medicinais	1.920.982	1.678.486
Exames e diagnósticos	18.678.732	16.439.486
Pacotes Especiais	20.300.490	21.977.197
Outras receitas com pacientes	<u>21.658.646</u>	<u>17.176.200</u>
Total de receitas com pacientes	<u>116.956.049</u>	<u>100.896.630</u>
Materiais especiais	4.354.807	3.111.519
Receita atendimento SUS	3.563.642	8.332.868
Receita complementar - contratualização	29.478.539	26.980.012
Receita Pós Fixado SUS	12.735.597	-
Outras receitas de serviços	<u>9.688.199</u>	<u>13.598.176</u>
Total de receitas com pacientes SUS	<u>59.820.784</u>	<u>52.022.575</u>
Incentivos - União Federal	30.622.469	24.281.566
Estágios com instituições de ensino	<u>1.316.372</u>	<u>1.551.103</u>
Total de receitas com incentivos, estágios	<u>31.938.841</u>	<u>25.832.669</u>
Total das Receitas Operacionais	<u>208.715.674</u>	<u>178.751.874</u>
Subvenções federais / Ministério da Saúde	<u>11.599.617</u>	<u>10.469.190</u>
Total das Subvenções	<u>11.599.617</u>	<u>10.469.190</u>
Doações recebidas	<u>540.566</u>	<u>435.265</u>
Total das Doações	<u>540.566</u>	<u>435.265</u>
Glosas de pacientes particulares e convênios	(2.290.049)	(144.731)
Repasse médico	<u>(22.801.902)</u>	<u>(18.605.470)</u>
Total das Deduções	<u>(25.091.951)</u>	<u>(18.750.201)</u>
Total das Receitas Líquida	<u>195.763.906</u>	<u>170.906.128</u>

15. Custo dos serviços prestados

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custos com pessoal	63.031.074	56.811.754
Serviços médicos pessoa jurídica	33.628.929	28.524.800
Outros serviços prestados por terceiros	5.584.063	7.599.490
Medicamentos	7.926.385	7.090.303
Materiais hospitalares	8.692.554	6.830.834
Órteses e próteses	26.480.613	19.799.094
Gêneros alimentícios	4.476.077	3.384.435
Materiais de Copa e Cozinha	2.002.486	1.644.015
Material de Higienização e Zeladoria	1.645.301	1.373.979
Outros gastos de manutenção hospitalar	4.637.438	3.702.567
Energia elétrica	2.855.294	2.279.660
Depreciação e Amortização	4.268.469	4.051.341
Perdas Diversas	8.737.245	6.198.889
Faturamento Estornado	4.056.991	38.714
Outros custos gerais hospitalares	1.573.668	823.336
	<u>179.596.587</u>	<u>150.114.497</u>

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas com pessoal	7.473.053	7.348.225
Serviços prestados por terceiros	2.913.422	689.952
Despesas com veículos	183.077	162.512
Material de Escritório	690.718	578.860
Manutenção de software	567.834	357.444
Material de Informática	1.049.631	800.254
Manutenção de Software	537.762	357.444
Viagens e Estádias	384.721	80.564
Despesas Judiciais	315.715	295.630
Bens de Pequenos Valor	262.371	148.602
Outros Gastos Gerais Administrativos	745.871	535.623
Auxílio e Doações	15.000	438.662
	<u>15.139.175</u>	<u>11.793.772</u>

17. Despesas Financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Juros de Empréstimo e Financiamento	7.508.480	6.772.815
Juros de Mora	745.409	639.132
Tarifa de Cartão	395.116	406.937
Total de despesa financeira	<u>8.649.005</u>	<u>7.818.884</u>

18. Imunidade tributária

A Casa de Caridade Dom Orione é declarada de Utilidade Pública Federal, conforme publicado no DOU de 25 de outubro de 1978. É caracterizada como Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde, conforme Portaria SAS/MS N°. 1.384, publicada no DOU em 25 de janeiro de 2024, cujo certificado possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2025, foi nos concedido pela prestação anual de serviços ao SUS superior a 60%, sendo este, prova de sua certificação atual.

Em face da imunidade tributária a Entidade não está sujeita ao recolhimento de impostos e contribuições, conforme abaixo demonstrado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
INSS	18.530.503	17.150.265
Imposto de Renda	3.393.763	3.394.122
Contribuição Social	1.845.592	1.845.786
ISSQN	3.417.763	3.418.123
COFINS	5.126.644	5.127.184
PIS	<u>1.110.773</u>	<u>1.110.890</u>
	<u>33.425.036</u>	<u>32.046.370</u>

A Casa de Caridade Dom Orione efetuou em 2025 e 2024 os seguintes atendimentos ao SUS - Sistema Único de Saúde:

Descrição	<u>2025</u>			<u>2024</u>		
	Internação	Ambulatorial	Receita	Internação	Ambulatorial	Receita
SUS	48.190	123.093	R\$ 77.707.657	42.775	100.571	R\$ 76.304.141
NÃO SUS	25.084	308.666	R\$ 91.864.097	23.070	274.699	R\$ 82.146.428
TOTAL	73.274	431.759	R\$ 169.571.754	65.845	375.270	R\$ 158.450.569
% SUS	66%	29%	46%	65%	27%	48%
% NÃO SUS	34%	71%	54%	35%	73%	52%
% META	60%			60%		

19. Instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

20. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2025, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Incêndio, Queda de Raio e Explosão de qualquer natureza	60.000.000
Veículos		100% Tabela Fipe
Responsabilidade civil	Incêndio, roubo e colisão para veículos	
	Responsabilidade civil	200.000
Lucros cessantes	Não realização de "lucros" decorrentes de danos materiais	
		<u>12.000.000</u>
		<u>72.200.000</u>

21. Eventos subsequentes

Em 25 de abril de 2026, foi formalizada a renovação do Contrato nº 410/2026 (Rede Alyne), assegurando a continuidade da assistência obstétrica no Hospital Dom Orione. O novo termo estabelece um reajuste de 34%, o que representa um aporte adicional de R\$ 19 milhões destinados à manutenção e qualificação desse serviço.

Paralelamente, a Administração informa que os contratos relativos aos serviços de alta e média complexidade – contemplando as áreas de cardiologia, neurologia, urologia e leitos de UTI – permanecem em estágio avançado de negociação. O objetivo das discussões atuais é promover reajustes e adequações contratuais que garantam o equilíbrio econômico-financeiro e a sustentabilidade operacional das especialidades mencionadas.